

RESUMO SIMPLES - 3. PSICOLOGIA EM SITUAÇÕES DE DESASTRES,  
EMERGÊNCIAS E CRISES HUMANITÁRIAS

**MULHERES RIBEIRINHAS E INDÍGENAS DA AMAZÔNIA EM CRISES  
HUMANITÁRIAS: DESAFIOS ESTRUTURAIS E PSICOSSOCIAIS**

*Maria Letícia Siqueira Monteiro (siqueiramonteiro18@gmail.com)*

*Talita Oliveira De Almeida Deiró (talitaoa@gmail.com)*

*Jessé Sidney Bezerra Gomes (jesse.sidney028@gmail.com)*

No Brasil, embora exista um arcabouço normativo voltado à proteção das mulheres, persiste uma lacuna entre o previsto em políticas públicas e sua efetivação. Essa distância se acentua na Amazônia, região marcada por desigualdades estruturais de gênero, barreiras geográficas, diversidade cultural e recorrentes emergências sociais, onde a violência baseada em gênero assume contornos específicos, atravessando as dimensões do corpo e do território, compreendido como extensão da vida coletiva e identitária (Noal, 2024). Este estudo pretende realizar uma revisão narrativa sobre os impactos psicossociais decorrentes da fragilidade das políticas públicas de proteção às mulheres nas comunidades indígenas e ribeirinhas da Amazônia, destacando como a violência baseada em gênero intensifica vulnerabilidades e repercute na saúde mental em crises humanitárias. Para tanto, realizou-se levantamento em SciELO, PubMed e documentos institucionais do Instituto Igarapé, entre 2015 e 2025, utilizando os descritores “violência de gênero”, “saúde mental”, “mulheres” e “Amazônia”. Os achados revelaram que políticas públicas formularam-se de modo centralizado, sem considerar as especificidades regionais, culturais e identitárias, resultando em serviços pouco acessíveis a

comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas, além de dificultar a identificação e o enfrentamento da violência baseada em gênero. Observou-se ainda limitação na rede de atenção à saúde, especialmente quanto à cobertura de profilaxia para ISTs e contracepção de emergência em casos de violência sexual (Cargnin, 2021), escassez de Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher em funcionamento integral e falhas nas investigações, gerando impunidade (Igarapé, 2023). A persistência do casamento infantil e da gravidez precoce, bem como os impactos ambientais decorrentes da mineração, também ampliam a vulnerabilidade feminina. No âmbito psicológico, mulheres relataram isolamento, solidão e adoção de estratégias defensivas individuais como mecanismos recorrentes de sobrevivência, os quais, embora funcionais, implicam desgaste emocional significativo. Mulheres indígenas em posição de liderança destacaram a necessidade de manter postura de força contínua, resultando em sobrecarga mental. Esses achados dialogam com a noção de “vulnerabilidade diferencial” proposta por Butler (2003), segundo a qual normas sociais e de gênero determinam quais vidas são mais expostas à precariedade, especialmente em contextos de crise, evidenciando que a violência baseada em gênero é simultaneamente estrutural e individual, atravessando os modos de existência dessas populações. Conclui-se que a ineficácia das políticas públicas na Amazônia agrava o sofrimento psicológico das mulheres, expondo-as a múltiplas formas de violência e precariedade. Apesar da resiliência demonstrada, o desgaste emocional decorrente da desigualdade estrutural evidencia a urgência de estratégias de cuidado psicossociais culturalmente sensíveis e integradas em rede. Nesse cenário, a Psicologia desempenha papel fundamental na prevenção de traumas, reconstrução de vínculos comunitários e fortalecimento de políticas públicas inclusivas, contribuindo para a mitigação da vulnerabilidade psicossocial das mulheres dessas comunidades amazônicas.

Palavras-chave: vulnerabilidade social; amazônia; violência de gênero; impactos psicossociais.